

Roteiro 2012 Economia

Perfil

José Castro Caldas

Temos pela frente um panorama assustador

Estamos perante a possibilidade do colapso do euro e da própria União Europeia

MAGDA CUNHA VIANA
magda.viana@ionline.pt

José Castro Caldas, professor e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, teve ao longo da vida sempre presente a preocupação da intervenção social.

É licenciado em Economia pelo ISEG, mestre em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão, Doutor em Economia pelo ISCTE.

Não separa a acção social do trabalho académico de uma forma radical, embora os distinga em diferentes planos de intervenção. Essa intervenção política e social mobiliza actualmente uma parte importante dos seus esforços. Tem a percepção de que Portugal está a viver um momento muito particular da história colectiva do país e que, neste contexto, estar silencioso é, segundo defende, "uma forma de irresponsabilidade".

A sua intervenção nesse debate é muitas vezes em contracorrente. Exprime na esfera pública a opinião de que as políticas económicas estão normalmente acomodadas às orientações dominantes, que decorrem das decisões tomadas na União Europeia, pelo eixo Berlim-Paris.

Para ele, é preciso combater o conformismo face às "dinâmicas do mercado que nos superam e portanto que excluem a possibilidade de uma intervenção no âmbito da cidadania e da política por parte dos poderes públicos que inverta e contrarie estas tendências, que nos estão a conduzir a caminhos muito perigosos", adverte.

Perigosos – alerta – do ponto de vista da sustentabilidade económica e social não só de Portugal como da própria zona euro.

Para o economista, é necessário intervir neste debate, de todas as formas possíveis, aceitando todas as oportunidades, como esta conversa que tem com o *i*.

Considera também os blogues um meio de intervenção, que funcionam um pou-

co como diários abertos a todos e que são formas de ir deixando a marca de tudo aquilo que o cidadão pensa. Participa num dos principais blogues sobre economia, o Ladrões de Bicicletas, e considera que eles são um contributo importante para a cidadania em matéria de escolhas económicas. "Só desejava que este tipo de discussão fosse mais ampla e mais mobilizadora."

Pensa que a situação em que o país se encontra justificaria uma intervenção muito mais activa das pessoas, mas admite que essa intervenção tende a ser limitada pela insegurança e pelo medo.

Castro Caldas acha que as sociedades quando estão assustadas, sem confiança no futuro, tendem a viver os dramas de uma forma individualizada.

Apesar disso, o estudioso defende que ultimamente aparecem a intervir no espaço público sectores da sociedade que nos últimos anos não estavam presentes, nomeadamente a juventude e alguns movimentos sociais ligados aos trabalhadores precários.

"São uma força nova e inovadora que aparece com vontade de intervenção para contrariar o discurso da falta de alternativa." Este discurso é, segundo Castro Caldas a afirmação, vinda de responsáveis pelo país, de que não têm de justificar aquilo que fazem.

Para Castro Caldas, aquilo que é apresentado pelo governo como "única alternativa" não chega a ser uma solução.

"Não é preciso ser economista para ver que o que temos pela frente é um panorama para 2012 e 2013 de aprofundamento de uma recessão que deixará o país perante problemas não resolvidos, que a austeridade promete resolver.

A austeridade deixará Portugal em piores condições para enfrentar os problemas da dívida e do défice, para não falar nos problemas novos que cria.

Há ainda a possibilidade de um país da UE, como a Itália, entrar em incumprimento, desencadeando uma série de incumprimentos sucessivos, e isso é, paulatinamente, o euro a desagregar-se, o projecto europeu a desagregar-se, ou pelo menos a transformar-se, ficando apenas um pequeno núcleo de países no euro e um número maior de países a regressar a moeda nacionais.



O que acha que vai acontecer em 2012?

Não sei o que vai acontecer, mas sei o que seria desejável. Há a necessidade de libertar e aliviar o fardo da dívida de países como a Grécia em primeiro lugar, mas também de Portugal, da Irlanda e da Itália. Isso pode ser feito através das chamadas eurobonds (eurobrigações). Se fossem emitidas eurobonds com garantias do Banco Central Europeu (BCE), seria possível que toda a dívida dos diversos países acima dos 60% do PIB, correspondentes ao limite que o Tratado de Maastricht impôs, fosse tomada sob a forma de eurobonds. Isso não significava que os países não continuassem a sentir essas dívidas, mas não teriam de pagar taxas de juro tão especulativas como aqueles a que estão sujeitos. Passariam a pagar taxas de juro inferiores



e mais próximas do que o Japão ou os Estados Unidos ou o próprio Reino Unido pagam neste momento. Poderia ser uma forma de financiar um programa europeu orientado para o estímulo, para o investimento e para a criação de emprego. Permitiria que os estados sujeitos a restrições orçamentais não se afundassem numa espiral de recessão e, pelo contrário, pudessem apoiar um plano para a recuperação. Fala-se muito do Plano Marshall. Chame-mo o que quiserem, mas é a única forma de sair de um processo de depressão como aquele em que estamos a entrar. Isso seria possível através de investimento público, que se substituiria àquilo que não existe, que é o investimento privado.

OS PROTAGONISTAS DO ANO

DESUNIÃO

O espectáculo é de desunião europeia. As instituições existem. Funcionam mal, mas não podemos dar de barato que a UE está condenada.



EURO

O quadro é bastante mais negro. A possibilidade de, através da persuasão ou outra forma de intervenção, conseguir inverter a lógica das decisões que estão a ser tomadas no quadro da zona euro parece-me diminuta, para conseguir manter o euro.



Até acho que poderá vir a ser necessário, para salvaguardar o processo de integração europeia, pensar em sacrificar o euro. Pensar na dissolução, ou reconfiguração do euro, com a saída ordenada de alguns, senão de todos, e o regresso temporário, ou não, às moedas nacionais. Isto permitia fazer ajustamentos macroeconómicos por outra via que não esta espiral de descida dos salários, tão absurda que os próprios alemães e franceses neste momento também estão sujeitos a políticas de austeridade e de desvalorização salarial.



Onde é que nos leva, em conjunto, esta convergência para baixo? É preciso que haja uma cidadania mais interveniente e determinada, que crie condições para inverter a situação. Há um conjunto de decisões políticas que podem ser tomadas pelos governos que podem inverter a relação e sujeitar os mercados ao enquadramento normal das políticas públicas.

O ACONTECIMENTO MAIS MARCANTE DE 2012

A CAPITULAÇÃO

Sem dúvida a capitulação face às exigências da banca internacional e outros credores – o acordo com a troika.

Diz-se que sem intervenção da troika o Estado teria ficado sem recursos sequer para pagar salários dos funcionários públicos e manter em funcionamento os serviços públicos.

Não é exacto. O que teria faltado, sim, em primeiro lugar, eram os recursos para continuar a servir a dívida, amortizá-la e pagar os juros.

Ter encarado o problema de frente nessa altura e confrontar os credores com o problema seria preferível ao empobrecimento colectivo a que a austeridade reforçada nos condena, deixando-nos ainda mais endividados do que já estávamos. Podemos pensar numa perspectiva, que não é assim tão longínqua, de a zona euro entrar em colapso. Para que isso aconteça não é preciso muito, basta que a Itália, por exemplo, que tem de refinar em Janeiro e Fevereiro um montante extraordinário da dívida pública, não consiga fazê-lo. Nesse caso entraria em incumprimento porque o reforço dos fundos não é suficiente para uma intervenção em Itália e porque o FMI não tem recursos suficientes para uma situação destas.



Os senhores da nossa soberania D. R.

O melhor para 2012



Solução para a crise económica e financeira

O desejável, como já disse, seria uma solução para a crise económica e financeira do país no quadro da União Europeia e inclusivamente da zona euro, que permitisse começar a resolver os vários problemas que temos pela frente. A primeira intervenção, de que muito se fala e aparentemente é recusada, seria uma intervenção do Banco Central Europeu nos mercados da dívida pública nos países que estão a ser sujeitos a ataques mais fortes que permitisse estabilizar as taxas de juros. O BCE pode agir no mercado secundário, isto é, comprar a dívida que se compra e vende entre bancos e fundos financeiros. Um pouco mais na fronteira do seu próprio mandato, o BCE poderia intervir no mercado primário, desde que houvesse uma reinterpretção do seu papel.

O pior para 2012



Os defensores da "ordem e da pátria"

Os defensores da "ordem e da pátria" surgem quando menos se espera, em geral nestas condições. Não estamos confrontados com defensores da pátria, mas em muito discurso público há uma tónica securitária que vê ameaças que não existem e tenta intervir no sentido, não de procurar manter condições de relacionamento e de diálogo político normais, mas no sentido de criminalizar posições antagónicas. Já vemos isso no espaço público, muitas vezes em pessoas de quem não se esperaríamos essas atitudes. Tudo isto é preocupante.